PORTO
SÃO SEBASTIÃO
Autoridade Portuária

MATHEUS TESTINI DE MELLO MILLER

FELIPE ELIAS MIGUEL
Diretor de Administração e Finanças

ATA DA CENTÉSIMA QUARTA (104ª) REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO. Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às onze horas, na Rua Iaiá, 126, 12º andar, no município de São Paulo/SP, reuniram-se os Membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, presididos pelo Senhor Antonio Duarte Nogueira Junior, o qual registrou a participação dos senhores Felipe Elias Miguel - Diretor de Administração e Finanças, Jorge Yukio Sangara - Gerente de Controladoria e Paulo Matos dos Santos - Gerente Financeiro. Contando com a colaboração da senhora Marine Oliveira Vasconcelos para secretariar os trabalhos, iniciou a reunião em cumprimento à seguinte Ordem do Dia: **1) Minuta da Ata da 103ª reunião do CONSAD realizada no dia 25/11/2015; 2) Balanço Patrimonial provisório referente ao mês de novembro/2015; 3) Fluxo de Caixa provisório referente ao mês de dezembro/2015; 4) Demonstração Financeira provisória referente ao mês de novembro/2015 e 5) Assuntos Gerais.** Dando início à reunião, o Presidente do Conselho, seguido pelo Senhor Roberto Yoshikazu Yamazaki, indagou sobre a aparente redução de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para R$1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais) quanto aos processos trabalhistas constante do Balanço Patrimonial. O Senhor Jorge Yukio Sangara explanou que, daquele valor, há a estimativa de que a Companhia seja responsável pelo pagamento de cerca de 30% (trinta por cento) e, portanto, R$1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais), posto que a DERSA seria responsável pelo pagamento do remanescente de 70% (setenta por cento). Nesse liame, o Senhor Roberto Yoshikazu Yamazaki questionou se houve assunção da DERSA quanto ao pagamento da porcentagem que lhe cabe, oportunidade em que o Diretor Presidente, Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho, esclareceu que, devido à sucessão DERSA/DOCAS, as empresas integram o polo passivo como responsáveis solidárias em alguns processos; não obstante, alguns dos Magistrados têm delimitado, nas decisões judiciais, a responsabilidade de cada uma delas, na medida em que atuaram em períodos distintos enquanto administradoras/autoridades do Porto. No entanto, ressaltou ser

apenas uma expectativa, pois, caso não haja cumprimento da condenação imputada à DERSA, a Companhia poderá ser responsabilizada, restando somente eventual ação regressiva para reaver os valores. A respeito das notas fiscais emitidas para a Petrobrás, o Senhor Felipe Elias Miguel indicou que o pagamento de R$ 428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais) foi realizado a maior, mas que, ainda assim, o fechamento do mês só será possível com a prorrogação de pagamentos de terceiros e salários. Salientou que ainda há divergência sobre o valor pago a maior pela Petrobrás, mas que isso não soluciona o fechamento do ano corrente. Diante do atual cenário e em razão da informação fornecida pelo Senhor Paulo Matos dos Santos, qual seja, da ausência de previsão de receitas para 1º de janeiro/2016, discutiu-se sobre a possibilidade de alterar a folha de pagamento do dia 30/12/2015 para o dia 04/01/2016, o que não se mostrou viável, visto que o panorama financeiro da Companhia não seria alterado. O Diretor Presidente Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho disse que a folha de pagamento é prioridade e que não seria razoável prorrogar o décimo terceiro salário dos colaboradores ou adimplir o pagamento dos impostos/tributos se o pagamento do salário dos colaboradores fosse colocado em risco no quinto dia útil do mês de janeiro/2016. Em razão da delicada situação financeira da Companhia, sugeriu que fosse estudada a possibilidade de realização de empréstimo junto à instituições financeiras. Por outro lado, o Diretor Presidente Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho ressaltou que a Companhia não vem medindo esforços para mudar a sua delicada situação financeira, na busca de novas cargas para o Porto. Informou também redução de 20% (vinte por cento) das despesas com contratos de terceiros. Ademais, sinalizou novo contrato para operações de granéis no Porto, o que poderá representar um faturamento adicional de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) em janeiro/2016 e de R$500.000,00 (quinhentos mil reais) a partir de fevereiro/2016. Tais operações devem perdurar somente dois dias por embarque, a fim de que não haja prejuízo aos demais operadores do Porto. Além disso, noticiou que teve sucesso em reunião realizada junto à Shield (Metrô) e que os carregamentos deverão ser realizados nos meses de março e junho, com pagamento a cada 10 (dez) dias. O Senhor Roberto Yoshikazu Yamazaki narrou sobre ser imprescindível a manutenção de um fluxo de caixa diário e minucioso, para que se possa melhor decidir quanto às estratégias que serão adotadas dali em diante, visando à recuperação da Companhia. O Diretor Presidente Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho relembrou discussão sobre os arrendamentos junto ao Governo Federal, os quais não foram cumpridos a contento. Posto isso, o Presidente do Conselho frisou que é necessária uma decisão, devido à urgência que o caso exige. Não é aconselhável aguardar pelos investimentos do Governo Federal, sendo prudente que a Companhia trabalhe na busca de uma solução do que a ela é tangível. Por derradeiro, enfatizou que o foco deverá ser o ano de 2016, com a realização de um rigoroso planejamento para o decorrer daquele ano, procedendo à

PORTO
SÃO SEBASTIÃO
Autoridade Portuária

contenção de despesas, elaborando relatórios detalhados que reúnam todos os contratos e estimativa de receitas, levando-se em consideração as cargas, a equalização junto à Petrobrás e despesas as fixas. De mais a mais, o Senhor Matheus Testini de Mello Miller pediu a palavra para apresentar solicitação de renúncia ao cargo de Conselheiro, explicando que o prazo para o exercício do respectivo mandato, indicado pelo CAP – Conselho de Autoridade Portuária, é de 2 (dois) anos, o qual se encerra nesta oportunidade. Os demais Conselheiros aceitaram o pedido de renúncia e, a esse respeito, o Diretor Presidente Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho se comprometeu a solicitar ao Presidente do CAP – Conselho de Autoridade Portuária a adoção das medidas necessárias para a efetivação da indicação de um novo Conselheiro representante da classe empresarial para este Conselho de Administração. Por fim, diante do atual cenário da Companhia, os membros designaram reunião extraordinária para o dia 18/12/2015, às 9h00, para análise do fluxo de caixa do ano corrente, bem como da estimativa para o ano de 2016. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente do Conselho, Antonio Duarte Nogueira Junior, **en**cerrou a reunião, da qual eu, Marine Oliveira Vasconcelos, lavrei a presente ata, que segue assinada pelos Conselheiros.

São Paulo/SP, 15 de dezembro de 2015.

ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR
Presidente

CASEMIRO TÉRCIO DOS REIS LIMA CARVALHO

ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI

AGNALDO RODRIGUES DA SILVA

PORTO
SÃO SEBASTIÃO
Autoridade Portuária

MATHEUS TESTINI DE MELLO MILLER

FELIPE ELIAS MIGUEL
Diretor de Administração e Finanças

ATA DA CENTÉSIMA QUINTA (105ª) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DE SÃO SEBASTIÃO. Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas, na Rua Iaiá, 126, 12º andar, no município de São Paulo/SP, reuniram-se os Membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, presididos pelo Senhor Antonio Duarte Nogueira Junior, o qual registrou a participação dos senhores Felipe Elias Miguel - Diretor de Administração e Finanças, Jorge Yukio Sangara - Gerente de Controladoria e Paulo Matos dos Santos - Gerente Financeiro. Contando com a colaboração da senhora Marine Oliveira Vasconcelos para secretariar os trabalhos, iniciou a reunião em cumprimento à seguinte Ordem do Dia: **1) Minuta da Ata da 103ª reunião do CONSAD realizada no dia 25/11/2015; 2) Minuta da Ata da 104ª reunião do CONSAD realizada no dia 15/12/2015; 3) Análise do Fluxo de Caixa referente ao mês de dezembro/2015; 4) Análise da estimativa do ano de 2016 e 5) Assuntos Gerais.** Dando início à reunião, o Senhor Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho discorreu sobre o pagamento dos salários, explicando que foram providenciados relatórios contendo a lista de todos os créditos que a Companhia deverá receber até o final do ano, bem como da folha de pagamento dos maiores salários que seriam depositados no dia 30/12/2015. Ainda sobre esse assunto esclareceu que, após a realização de um comparativo entre os relatórios citados e o Fluxo de Caixa, concluiu que a prorrogação dos pagamentos dos colaboradores, de 30/12/2015 para 04/01/2016, não representaria qualquer ganho para a Companhia. Em continuidade, os Senhores Roberto Yoshikazu Yamazaki e Agnaldo Rodrigues da Silva ressaltaram a importância de ser realizado um levantamento detalhado dos processos trabalhistas pelo departamento jurídico, contemplando a qualificação das partes, estimativa de valores e análise de êxito (pouco provável, provável, improvável), sem prejuízo de uma tabela que diferencie as ações que envolvem responsabilidade solidária entre DERSA e DOCAS. A respeito do passivo trabalhista de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o Senhor Jorge Yukio Sangara esclareceu que se trata do pior cenário, eis que mesmo diante da divisão da responsabilidade constante das decisões judiciais, ainda há o risco de que a Companhia seja responsabilizada caso a DERSA não cumpra com a parte da condenação que lhe cabe. O Senhor Agnaldo Rodrigues da Silva manifestou preocupação quanto ao passivo trabalhista da Companhia, especialmente quanto à assunção da dívida por cada uma das empresas,